

Sexta-Feira, 08 de Maio de 2026

Paraguai convoca embaixador do Brasil e cobra explicações sobre possível ataque hacker

CRISE DIPLOMÁTICA

g1

O governo do Paraguai anunciou, nesta terça-feira (1º), que convocou o embaixador do Brasil no país, José Antônio Marcondes, para cobrar explicações sobre o suposto monitoramento da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) a sistemas do governo paraguaio.

Um funcionário da Abin afirmou em depoimento à Polícia Federal que a atual gestão da agência teria mantido **operações de invasão hacker** a sistemas do governo do Paraguai e de autoridades envolvidas nas negociações da usina de Itaipu.

O governo está em fase de negociações com o **país vizinho sobre o Anexo C**, uma parte do acordo de construção da Usina de Itaipu que define as condições de comercialização da energia gerada.

Em coletiva de imprensa, o chanceler do Paraguai, Rubén Ramírez, afirmou que as autoridades do país classificam o tema como "delicado" e disseram que o Brasil precisa explicar qual foi o resultado da interferência.

"Convocamos o embaixador do Brasil no Paraguai, José Antônio Marcondes, para que ele ofereça explicações detalhadas sobre a ação de inteligência conduzida pelo Brasil, mediante a entrega de uma nota oficial que explique detalhadamente as ações desenvolvidas no marco dessa ordem, que foi colocada em prática pelo governo do Brasil", afirmou o chanceler paraguaio.

O líder da equipe técnica paraguaia que toca as negociações com o Brasil no âmbito do acordo de Itaipu ([entenda aqui](#)), ministro de Indústria e Comércio, Javier Giménez García de Zúñiga, afirmou que **os debates sobre o tema estão suspensos** até que a questão seja esclarecida.

"Está claro através do comunicado do governo brasileiro de que houve uma ordem para a Abin realizar essas medidas de inteligência. O governo do Paraguai está pedindo explicações. Ao mesmo tempo que se suspendem de forma indefinida as negociações do anexo C porque temos que restituir aquilo que é fundamental para a relação que é a confiança."



A usina de Itaipu é considerada como a maior produtora de energia do mundo | Foto: Itaipu/Divulgação

Monitoramento da Abin

A Polícia Federal instaurou inquérito nessa segunda-feira (31) para averiguar eventual vazamento de informações da investigação que apura estrutura paralela existente na Abin, que teria utilizado ferramentas e serviços da agência para a prática de ações ilícitas.

No depoimento, o funcionário da Abin afirmou que a atual gestão da agência manteve operações de invasão hacker a sistemas governamentais do país vizinho, inclusive do Congresso, da Presidência da República e de autoridades envolvidas nas negociações da usina de Itaipu.

As informações foram publicadas pelo portal UOL. A **TV Globo** teve acesso a trechos do depoimento.

De acordo com o depoimento, a ação tinha como objetivo obter dados sigilosos sobre valores em **negociação no Anexo C do Tratado de Itaipu**.

O servidor disse que o ataque começou ainda no governo Jair Bolsonaro, mas que continuou durante o governo Lula, com autorização expressa do atual diretor da Abin, Luiz Fernando Corrêa, e do diretor interino

Saulo de Cunha Moura, que ocupou o cargo entre março e maio de 2023.

Em nota, o governo Lula disse que interrompeu a ação assim que ficou sabendo dela, em março de 2023.

Anexo C do Acordo de Itaipu

O governo está em negociações com o Paraguai sobre o Anexo C, uma parte do acordo de construção de Itaipu que define as condições de comercialização da energia gerada.

A expectativa é que, com a renegociação do anexo C, o Paraguai possa vender o excedente de energia gerada pela usina no mercado livre.

Com a renegociação, o governo pretende dar fim à obrigação de compra da energia de Itaipu pelas distribuidoras do Sul, Sudeste e Centro-Oeste — chamadas de "cotistas".

O objetivo é que as distribuidoras não sejam mais obrigadas a adquirir a energia do Paraguai a partir do final de 2026.